

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026	7
DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025	8
Demonstração de Valor Adicionado	9
Comentário do Desempenho	10
Notas Explicativas	16

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	46
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	47
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	48

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.255.333.123
Preferenciais	0
Total	1.255.333.123
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	2.331.997	2.338.101
1.01	Ativo Circulante	341.772	346.382
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	77.627	84.255
1.01.03	Contas a Receber	24.324	24.662
1.01.03.01	Clientes	24.324	24.662
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.292	6.070
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.292	6.070
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	238.529	231.395
1.01.08.03	Outros	238.529	231.395
1.01.08.03.02	Outros Ativos Circulantes	11.305	11.178
1.01.08.03.04	Ativo de Contrato de Concessão	209.640	202.910
1.01.08.03.05	Sobressalentes	17.584	17.307
1.02	Ativo Não Circulante	1.990.225	1.991.719
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.990.197	1.991.670
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.990.197	1.991.670
1.02.01.10.03	Tributos a Recuperar	10.225	9.879
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	62	67
1.02.01.10.06	Ativo de Contrato de Concessão	1.979.910	1.981.724
1.02.03	Imobilizado	2	2
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2	2
1.02.04	Intangível	26	47
1.02.04.01	Intangíveis	26	47
1.02.04.01.02	Intangíveis	26	47

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	2.331.997	2.338.101
2.01	Passivo Circulante	105.701	108.869
2.01.02	Fornecedores	5.057	1.976
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	5.057	1.976
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.522	4.832
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	5.522	4.832
2.01.03.01.02	Tributos a Recolher	2.607	2.527
2.01.03.01.03	Encargos Setoriais	2.915	2.305
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	75.153	77.136
2.01.04.02	Debêntures	75.153	77.136
2.01.05	Outras Obrigações	16.684	21.640
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.236	3.970
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	2.236	3.970
2.01.05.02	Outros	14.448	17.670
2.01.05.02.04	PIS e COFINS Diferidos	8.729	8.643
2.01.05.02.05	Dividendos a Pagar	5.107	9.027
2.01.05.02.06	Outros Passivos	612	0
2.01.06	Provisões	3.285	3.285
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.285	3.285
2.01.06.01.05	Provisões	3.285	3.285
2.02	Passivo Não Circulante	1.271.355	1.263.442
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	909.161	908.756
2.02.01.02	Debêntures	909.161	908.756
2.02.02	Outras Obrigações	79	87
2.02.02.02	Outros	79	87
2.02.02.02.04	Outros Passivos	79	87
2.02.03	Tributos Diferidos	352.819	343.468
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	352.819	343.468
2.02.03.01.01	PIS e COFINS Diferidos	179.874	181.979
2.02.03.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	172.945	161.489
2.02.04	Provisões	9.296	11.131
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	9.296	11.131
2.02.04.01.05	Provisões	9.296	11.131
2.03	Patrimônio Líquido	954.941	965.790
2.03.01	Capital Social Realizado	915.333	915.333
2.03.04	Reservas de Lucros	23.377	50.457
2.03.04.01	Reserva Legal	17.817	17.817
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	0	27.080
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	5.560	5.560
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	16.231	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	57.201	123.478	43.789	93.808
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-11.172	-28.438	-4.426	-8.377
3.02.01	Custo de Serviços Prestados	-4.863	-11.436	-4.426	-8.377
3.02.02	Custo de Construção	-6.309	-17.002	0	0
3.03	Resultado Bruto	46.029	95.040	39.363	85.431
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	553	-2.137	-12	990
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.187	-11.463	-4.444	-7.715
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	4.740	9.326	4.432	8.705
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	46.582	92.903	39.351	86.421
3.06	Resultado Financeiro	-32.426	-65.216	-29.268	-53.283
3.06.01	Receitas Financeiras	2.451	6.162	7.015	16.467
3.06.02	Despesas Financeiras	-34.877	-71.378	-36.283	-69.750
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	14.156	27.687	10.083	33.138
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-5.493	-11.456	-5.648	-11.695
3.08.01	Corrente	0	0	409	0
3.08.02	Diferido	-5.493	-11.456	-6.057	-11.695
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	8.663	16.231	4.435	21.443
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	8.663	16.231	4.435	21.443
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,007	0,013	0,004	0,017

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	8.663	16.231	4.435	21.443
4.03	Resultado Abrangente do Período	8.663	16.231	4.435	21.443

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	24.372	41.506
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	13.932	13.163
6.01.01.01	Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	27.687	33.138
6.01.01.02	Remuneração do Ativo de Contrato de Concessão	-88.845	-88.624
6.01.01.03	Juros Sobre Debêntures	70.310	68.034
6.01.01.05	Provisão e Atualização de Contingências	1.119	-47
6.01.01.06	PIS e COFINS Diferidos	-2.018	-1.609
6.01.01.07	Amortização dos custos de transação	405	406
6.01.01.08	Depreciação e Amortização	22	26
6.01.01.10	Provisão/Reversão de crédito de liquidação duvidosa	4.210	1.343
6.01.01.11	Provisão para parcela de indisponibilidade	1.042	496
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	82.733	89.442
6.01.02.01	Contas a receber	-4.914	-2.423
6.01.02.03	Partes Relacionadas	-1.734	-1.359
6.01.02.04	Tributos a Recuperar	4.431	4.290
6.01.02.05	Ativo de Contrato de Concessão	83.929	99.126
6.01.02.07	Fornecedores	3.081	-4.474
6.01.02.08	Tributos a Recolher	80	193
6.01.02.09	Provisões	-2.954	-62
6.01.02.10	Encargos Setoriais	611	-1.581
6.01.02.11	Outros Ativos e Passivos	480	-3.911
6.01.02.12	Sobressalentes	-277	-357
6.01.03	Outros	-72.293	-61.099
6.01.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	0	-402
6.01.03.02	Juros Pagos Sobre Debêntures	-72.293	-60.697
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	0	-3
6.02.01	Aquisição (baixa) de Imobilizado e Intangível	0	-3
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-31.000	-200.000
6.03.04	Redução de Capital	0	-200.000
6.03.07	Dividendos Pagos	-31.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-6.628	-158.497
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	84.255	277.947
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	77.627	119.450

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	915.333	0	50.457	0	0	965.790
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	915.333	0	50.457	0	0	965.790
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-27.080	0	0	-27.080
5.04.08	Dividendos Adicionais Propostos	0	0	-27.080	0	0	-27.080
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	16.231	0	16.231
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	16.231	0	16.231
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	915.333	0	23.377	16.231	0	954.941

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.115.333	0	35.890	0	0	1.151.223
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.115.333	0	35.890	0	0	1.151.223
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-200.000	0	-14.413	0	0	-214.413
5.04.08	Redução de Capital	-200.000	0	0	0	0	-200.000
5.04.09	Dividendos Adicionais Propostos	0	0	-14.413	0	0	-14.413
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	21.443	0	21.443
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	21.443	0	21.443
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	915.333	0	21.477	21.443	0	958.253

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
7.01	Receitas	131.261	117.564
7.01.02	Outras Receitas	131.261	117.564
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-13.624	-8.627
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-13.624	-8.627
7.03	Valor Adicionado Bruto	117.637	108.937
7.04	Retenções	-22	-26
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-22	-26
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	117.615	108.911
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	6.162	16.467
7.06.02	Receitas Financeiras	6.162	16.467
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	123.777	125.378
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	123.777	125.378
7.08.01	Pessoal	7.957	6.615
7.08.01.01	Remuneração Direta	5.802	5.147
7.08.01.02	Benefícios	1.824	1.229
7.08.01.03	F.G.T.S.	331	239
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	28.210	27.570
7.08.02.01	Federais	27.928	27.424
7.08.02.02	Estaduais	80	19
7.08.02.03	Municipais	202	127
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	71.379	69.750
7.08.03.01	Juros	70.715	68.440
7.08.03.03	Outras	664	1.310
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	16.231	21.443
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	16.231	21.443

Comentário do Desempenho

Manaus

2º ITR 2026

Destaques



Receita líquida de R\$ 123,5 milhões, crescimento de 31,6% frente ao mesmo período de 2025



Desempenho operacional de 99,99%, manutenção da excelência operacional.



Pagamento de dividendos de R\$ 31,0 milhões.

Indicadores Financeiros - IFRS

(em milhares de reais)	2º ITR 2026	2º ITR 2025	Variação
Receita operacional líquida	123.478	93.808	31,6%
Custos e despesas operacionais	(22.899)	(16.092)	42,3%
Custo de construção	(17.002)	-	100,0%
EBITDA – CVM nº 527 *	92.925	86.447	7,5%
EBITDA Ajustado (**)	94.550	86.444	9,4%
Margem EBITDA	75,3%	92,2%	(16,9) p.p
Margem EBITDA AJUSTADO	76,6%	92,1%	(15,5) p.p
Resultado Financeiro	(65.216)	(53.283)	22,4%
Lucro líquido	16.231	21.443	(24,3%)
Dívida Bruta	991.072	1.027.254	(3,5%)
Caixa e equivalentes de caixa	77.627	119.449	(35,0%)
Dívida Líquida (***)	913.445	907.805	0,6%
Dívida Líquida/EBITDA (últimos 12 meses)	4,8	8,0	(39,8%)
Dívida Líquida/EBITDA AJUSTADO (últimos 12 meses)	4,8	5,1	(6,1%)

(*) EBITDA padrão da CVM de acordo com a Instrução CVM nº 527.

(**) **Itens não recorrentes** são ocorrências extraordinárias que afetaram o resultado no período. Algumas despesas são incorridas por razões que não envolvem as operações normais de negócios e consequentemente, não afetam o ciclo operacional da Companhia.

(***) Dívida líquida: A dívida líquida corresponde aos empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias (circulante e não circulante), deduzidos do saldo de caixa e equivalentes de caixa, TVM, aplicações financeiras. A dívida líquida não é uma medida de desempenho financeiro reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards - "IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua dívida líquida de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

Sobre a Manaus Transmissora de Energia S.A.

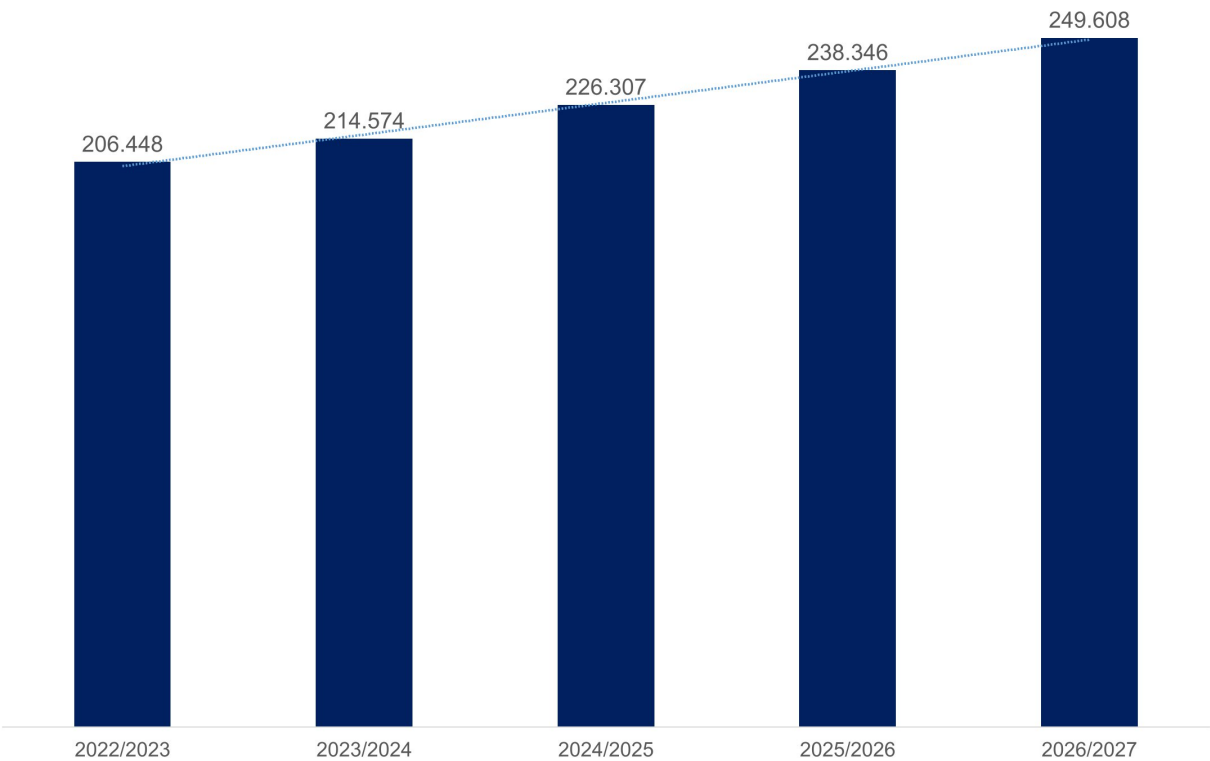
A Manaus Transmissora de Energia S.A. (“MTE”) é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ. A Companhia detém a concessão do serviço público de energia elétrica, nos termos do contrato de concessão nº 010/2008 – ANEEL de 16 de outubro de 2008, pelo prazo de 30 anos, para construção, operação e manutenção da Linha de Transmissão 500 KV Oriximiná/ Silves CD, SE Silves 500/138 KV e SE Lechuga 500/230 KV, no Anexo 6C do Edital do Leilão 004/08-ANEEL.

A Evoltz Participações S.A., sociedade controlada por fundos geridos pelo Ontario Teachers’ Pension Plan Board, detém 100% do capital social da Companhia. Abaixo o resumo da concessão:

Receita Anual Permitida (RAP)

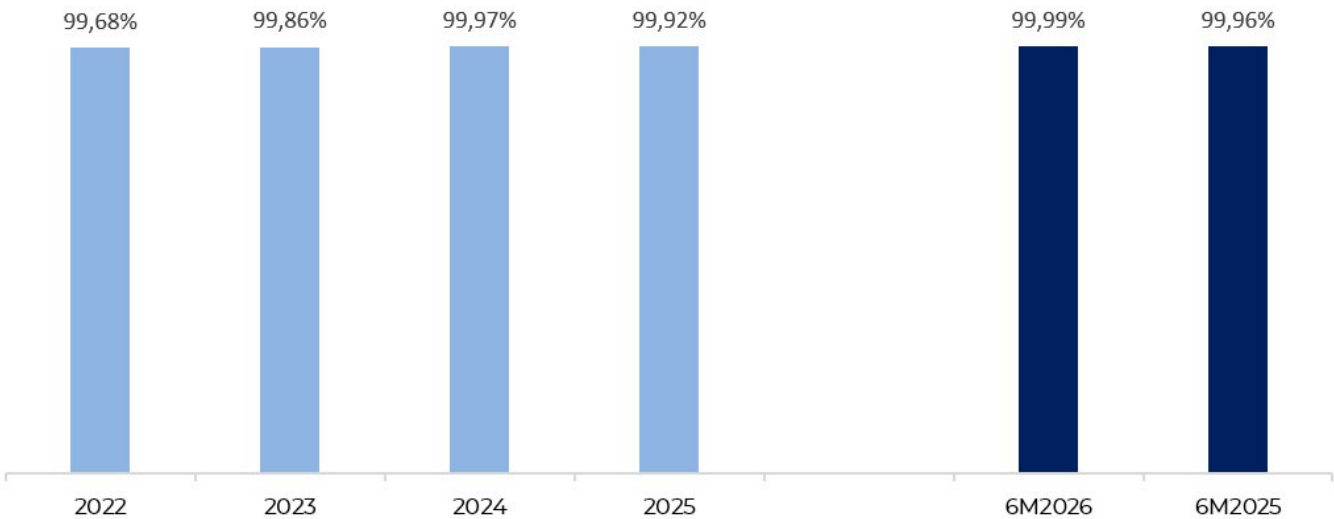
Nome	Extensão (KM)	Linha de Transmissão	RAP Ciclo 26-27 (R\$ milhões)	Receitas de Fibra Ótica	Data de Despacho	Início da Concessão	Fim da Concessão
MTE	333 Km	LT Oriximiná (PA) - Itacoatiara (AM)	249.608	17.274	16/10/2008	14/03/2013	15/10/2038
	224 Km	LT Itacoatiara (AM) – Lechuga (AM)					

Evolução RAP nos últimos ciclos



Desempenho operacional

Índice de disponibilidade



A Manaus Transmissora demonstra sólida competência técnica e elevada capacidade de manter a disponibilidade de seus ativos, refletindo sua eficiência operacional. A Companhia encerrou o segundo trimestre de 2026 com uma disponibilidade acumulada de 99,99%. Todas as FTs da concessão apresentaram índices superiores às médias do SIN e aos limites estabelecidos pela ANEEL.

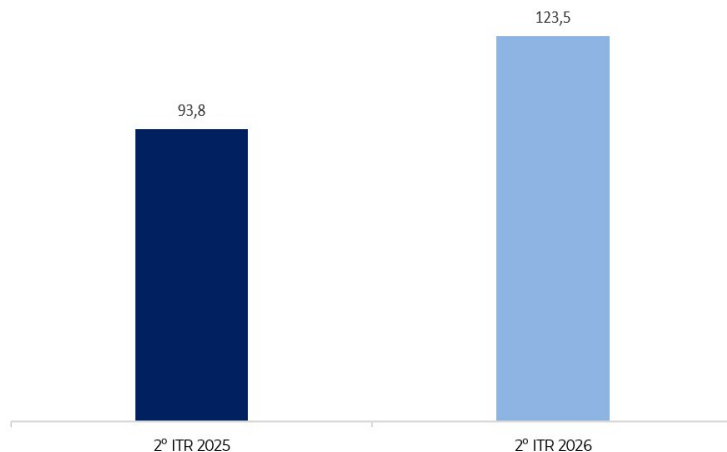
Comentário do Desempenho

Manaus

Desempenho econômico-financeiro - IFRS

Receita Operacional líquida

A **Receita Operacional Líquida** encerrou o segundo trimestre 2026 com o total de **R\$ 123,5 milhões**, sendo um aumento de **R\$ 29,7 milhões** em relação aos **R\$ 93,8 milhões** registrados no mesmo período de 2025. Esse aumento refere-se principalmente ao reajuste da RAP em 5,32% em julho de 2025 e ao incremento de R\$ 19,3 milhões de receita de construção do reforço de ampliação da subestação de Silves aprovado pela REA 15.366 de 2024.



Custos e Despesas operacionais

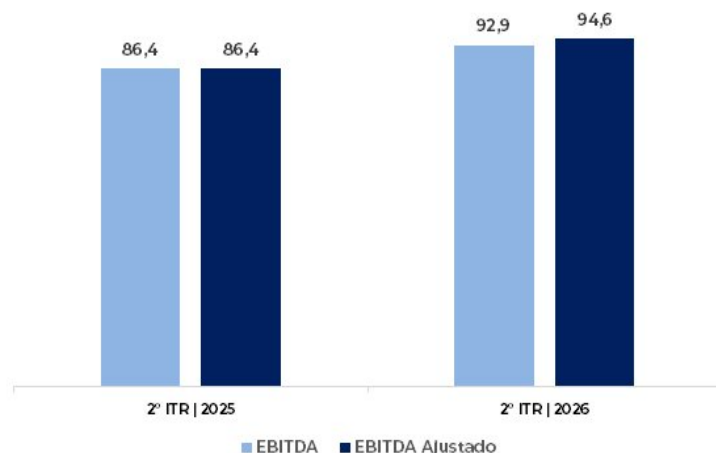
Custos e despesas operacionais	2º ITR 2026	2º ITR 2025	Var.
Pessoal	(8.995)	(7.293)	23,3%
Serviços de terceiros	(6.493)	(5.209)	24,6%
Seguros	(673)	(977)	(31,1%)
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(4.210)	(1.344)	213,2%
Outros	(2.528)	(1.268)	99,4%
Total	(22.899)	(16.092)	42,3%

Os custos e despesas operacionais encerraram o segundo trimestre de 2026 no montante total de **R\$ 22,9 milhões** sendo um aumento de **R\$ 6,8 milhões** frente ao mesmo período de 2025. Esse aumento refere-se basicamente a: (i) Incremento de perdas esperadas para crédito de liquidação duvidosa extraordinária constituída sobre os AVC's recebidos de multa contratuais sem garantia no montante de **R\$ 4,2 milhões** em 2026 e (ii) o incremento de **R\$ 1,2 milhão** referente ao processo regulatório de fiscalização.

EBITDA

O **EBITDA** encerrou o segundo trimestre de 2026 em **R\$ 92,9 milhões**, representando um aumento de **7,5%** em relação ao período de 2025, explicado principalmente pela atualização da RAP para o ciclo 2025/2026.

O **EBITDA Ajustado** é calculado a partir do EBITDA CVM, excluindo principalmente as atualizações das contingências da Companhia.



Comentário do Desempenho

Manaus

Resultado Financeiro

Resultado Financeiro	2º ITR 2026	2º ITR 2025	Var.
Receita sobre aplicação financeira	5.472	15.380	(64,4%)
Juros sobre debêntures	(70.310)	(68.034)	3,3%
Custo de transação	(405)	(406)	(0,2%)
Outras receitas e despesas financeiras, líquidas	27	(223)	(112,1%)
Total	(65.216)	(53.283)	22,4%

O resultado financeiro apresentou uma despesa líquida de **R\$ 65,2 milhões**, um aumento de 22,4% em relação ao mesmo período de 2025, ocasionado principalmente por: (i) aumento dos juros da dívida explicado pela elevação do CDI, índice da dívida, quando comparado ao mesmo período de 2025 passando de 6,42% para 6,84% (taxa acumulada do semestre) em 2026 e (ii) redução da receita de aplicação financeira em **R\$9,9 milhões** após caixa distribuído em maio de 2025 decorrente da 3ª emissão de debêntures.

Endividamento

No segundo trimestre de 2026 a dívida bruta totalizou R\$ 991,1 milhões e o caixa R\$ 77,6 milhões, resultando em uma dívida líquida de R\$ 913,4 milhões, um aumento de 0,6% em relação ao mesmo período de 2025. Esse aumento é substancialmente, consequência da redução de caixa supracitada após distribuição ao acionista.

Governança corporativa

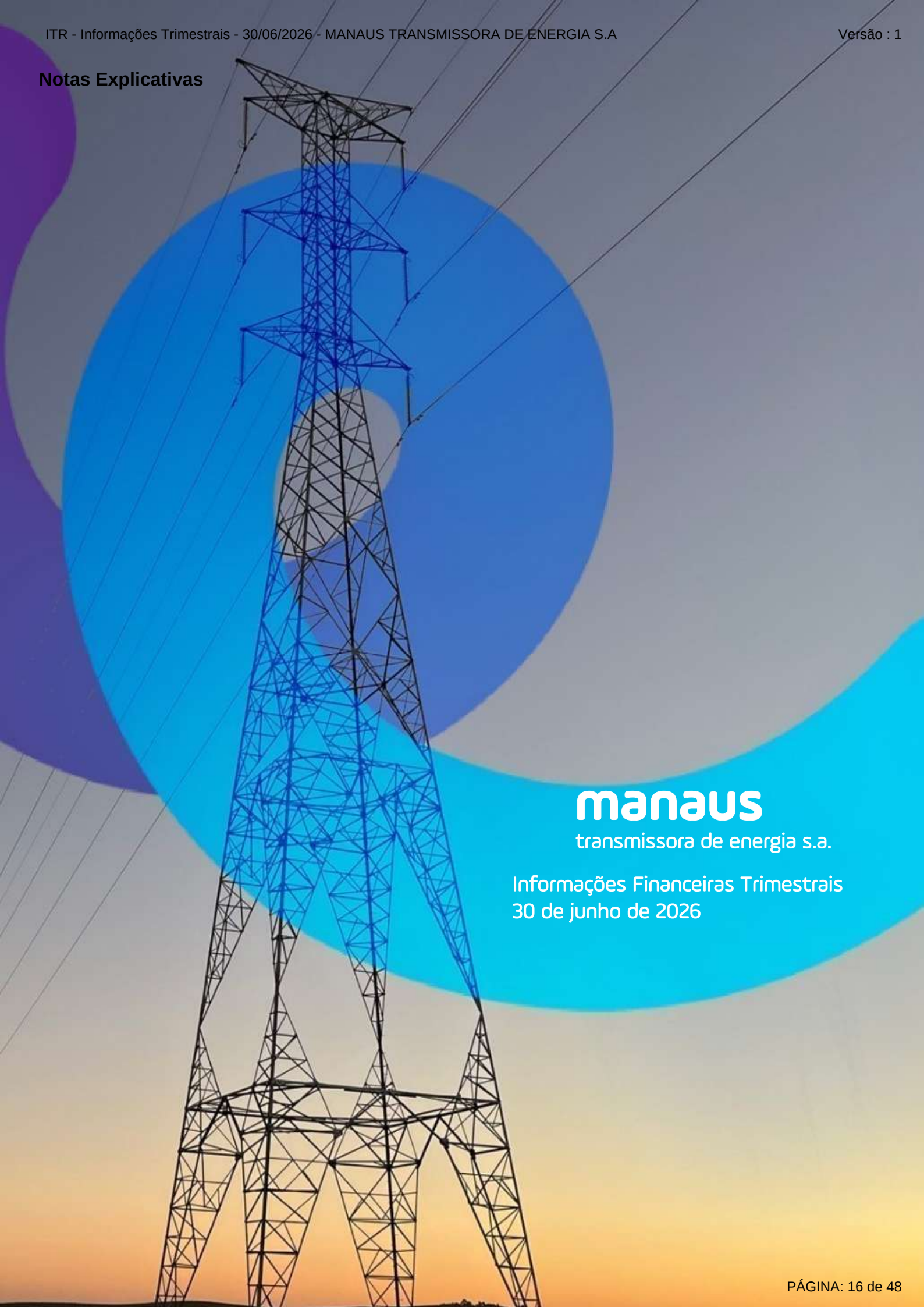
A Companhia está comprometida com as melhores práticas de gestão e de governança corporativa, contando com Conselho de Administração e Auditoria Externa.

Diretoria Executiva é formada por três diretores, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro, que acumula a função de Diretor de Relações com Investidores, um Diretor de Operações e Manutenção, eleitos para cumprir mandato unificado de dois anos, os quais exercerão suas funções nos termos das atribuições estabelecidas no Estatuto Social.

O Conselho de Administração ("CA") é formado por três membros titulares. O CA é responsável: (i) por estabelecer os objetivos, a política e a orientação geral dos negócios da Companhia, (ii) por eleger e destituir os membros da Diretoria, além de supervisionar o exercício de suas funções (iii) por manifestar-se sobre as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração e as contas da diretoria, elaborados ao término de cada exercício social, dentre outras funções.

A Companhia também possui mecanismos e práticas de prevenção, detecção de fraudes e atos ilícitos, por meio de políticas e ações, como políticas de Compliance, Anticorrupção e Prevenção a fraudes, Canal de denúncias e Código de conduta e Ética Profissional.

Notas Explicativas



manaus

transmissora de energia s.a.

Informações Financeiras Trimestrais
30 de junho de 2026

Notas Explicativas

Índice

Relatório do auditor independente sobre as informações financeiras trimestrais	1
Balanços patrimoniais	3
Demonstrações dos resultados	4
Demonstrações dos resultados abrangentes	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstrações dos fluxos de caixa	7
Demonstrações dos valores adicionados	8
1. Contexto operacional	9
2. Apresentação das demonstrações financeiras e políticas contábeis materiais	9
3. Caixa e equivalentes de caixa	10
4. Contas a receber	11
5. Partes relacionadas	12
6. Tributos	12
7. Ativo de contrato de concessão	13
8. Debêntures	15
9. Provisões	17
10. PIS e COFINS diferidos	19
11. Imposto de renda e contribuição social	19
12. Patrimônio líquido	20
13. Receita líquida	22
14. Custos e despesas	23
15. Outras receitas operacionais	24
16. Resultado financeiro	24
17. Instrumentos financeiros e gestão de riscos	24
18. Aspectos ambientais	27
19. Seguros	28

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS

Aos Acionistas e Administradores da
Manaus Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações financeiras trimestrais da Manaus Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Diretoria da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras trimestrais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras trimestrais com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras trimestrais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras trimestrais incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

© 2026. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Outros assuntos*Demonstração do valor adicionado*

As informações financeiras trimestrais anteriormente referidas incluem a demonstração do valor adicionado (“DVA”) referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações financeiras trimestrais e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e de forma consistente em relação às informações financeiras trimestrais tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2026

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RJ

Fernando de S. L. L.
Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3

Notas Explicativas

Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	30/06/2026	31/12/2025
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	77.627	84.255
Contas a receber	4	24.324	24.662
Tributos a recuperar	6	1.292	6.070
Ativo de contrato de concessão	7	209.640	202.910
Sobressalentes		17.584	17.307
Outros ativos		11.305	11.178
		341.772	346.382
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais		62	67
Tributos a recuperar	6	10.225	9.879
Ativo de contrato de concessão	7	1.979.910	1.981.724
Imobilizado		2	2
Intangível		26	47
		1.990.225	1.991.719
Total do ativo		2.331.997	2.338.101
Passivo e Patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores		5.057	1.976
Debêntures	8	75.153	77.136
Tributos a recolher	6	2.607	2.527
Dividendos a pagar		5.107	9.027
Partes relacionadas	5	2.236	3.970
Provisões	9	3.285	3.285
Encargos setoriais		2.915	2.305
PIS e COFINS diferidos	10	8.729	8.643
Outros passivos		612	-
		105.701	108.869
Não circulante			
Debêntures	8	909.161	908.756
Provisões	9	9.296	11.131
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	172.945	161.489
PIS e COFINS diferidos	10	179.874	181.979
Outros passivos		79	87
		1.271.355	1.263.442
Patrimônio líquido			
Capital social	12	915.333	915.333
Reserva legal		17.817	17.817
Reserva de incentivos fiscais		5.560	5.560
Reserva de lucros		-	27.080
Lucro líquido do período		16.231	-
		954.941	965.790
Total do passivo e patrimônio líquido		2.331.997	2.338.101

As notas explicativas são parte integrante destas informações financeiras trimestrais.

Notas Explicativas

Demonstrações dos resultados para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Trimestre findo em		Semestre findo em	
		30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Receita líquida	13	57.201	43.789	123.478	93.808
Remuneração do ativo de contrato		44.501	44.261	88.845	88.624
Receita operação e manutenção, deduções e outras, líquidas		5.527	(472)	15.301	5.184
Receita de construção		7.173	-	19.332	-
Custo de construção	13	(6.309)	-	(17.002)	-
Custos de serviços prestados	14	(4.863)	(4.426)	(11.436)	(8.377)
Lucro bruto		46.029	39.363	95.040	85.431
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	14	(4.187)	(4.444)	(11.463)	(7.715)
Outras receitas operacionais, líquidas	15	4.740	4.432	9.326	8.705
		553	(12)	(2.137)	990
Lucro operacional antes do resultado financeiro		46.582	39.351	92.903	86.421
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	16	2.451	7.015	6.162	16.467
Despesas financeiras	16	(34.877)	(36.283)	(71.378)	(69.750)
		(32.426)	(29.268)	(65.216)	(53.283)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		14.156	10.083	27.687	33.138
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes		-	409	-	-
Diferidos	11	(5.493)	(6.057)	(11.456)	(11.695)
		(5.493)	(5.648)	(11.456)	(11.695)
Lucro líquido do período		8.663	4.435	16.231	21.443
Resultado básico e diluído por ação		0,007	0,004	0,013	0,017

As notas explicativas são parte integrante destas informações financeiras trimestrais.



Demonstrações dos resultados abrangentes para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Trimestre findo em		Semestre findo em	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Lucro líquido do período	8.663	4.435	16.231	21.443
Outros componetes do resultado abrangente	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do período	8.663	4.435	16.231	21.443

As notas explicativas são parte integrante destas informações financeiras trimestrais.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Reserva de Lucros				Lucros acumulados	Total Patrimônio líquido
	Capital social	Dividendos adicionais propostos	Reserva legal	Reservas de incentivos fiscais		
Em 31 de Dezembro de 2024	1.115.333	14.413	15.917	5.560	-	1.151.223
Lucro líquido do período	-	-	-	-	21.443	21.443
Redução de capital	(200.000)	-	-	-	-	(200.000)
Dividendos adicionais aprovados	-	(14.413)	-	-	-	(14.413)
Em 30 de junho de 2025	915.333	-	15.917	5.560	21.443	958.253

	Reserva de Lucros				Lucros acumulados	Total Patrimônio líquido
	Capital social	Dividendos adicionais propostos	Reserva legal	Reservas de incentivos fiscais		
Em 31 de Dezembro de 2025	915.333	27.080	17.817	5.560	-	965.790
Lucro líquido do período	-	-	-	-	16.231	16.231
Dividendos adicionais aprovados	-	(27.080)	-	-	-	(27.080)
Em 30 de junho de 2026	915.333	-	17.817	5.560	16.231	954.941

As notas explicativas são parte integrante destas informações financeiras trimestrais.

Notas Explicativas



Demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	30/06/2026	30/06/2025
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Lucro antes imposto de renda e da contribuição social		27.687	33.138
Ajustes de:			
Remuneração do ativo de contrato da concessão	7	(88.845)	(88.624)
Juros sobre debêntures	8	70.310	68.034
Amortização dos custos de transação	8	405	406
Depreciação e amortização		22	26
Provisão e atualização de contingências		1.119	(47)
Provisão de crédito para liquidação duvidosa		4.210	1.343
Provisão de parcela variável por indisponibilidade		1.042	496
Pis e Cofins diferidos		(2.018)	(1.609)
Variação no capital circulante:			
Contas a receber		(4.914)	(2.423)
Partes relacionadas		(1.734)	(1.359)
Tributos a recuperar		4.431	4.290
Ativo de contrato de concessão	7	83.929	99.126
Sobressalentes		(277)	(357)
Fornecedores		3.081	(4.474)
Tributos a recolher		80	193
Provisões	9	(2.954)	(62)
Encargos setoriais		611	(1.581)
Outros ativos e passivos		480	(3.911)
Caixa gerado nas operações		96.665	102.605
Contribuição social pagos		-	(402)
Juros pagos sobre debêntures		(72.293)	(60.697)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		24.372	41.506
Fluxos de caixa de atividades de investimento			
Aquisição/Baixa de imobilizado e intangível		-	(3)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento		-	(3)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento			
Dividendos pagos		(31.000)	-
Redução de capital		-	(200.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(31.000)	(200.000)
Redução líquida no Caixa e equivalentes de caixa		(6.628)	(158.497)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		84.255	277.947
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		77.627	119.450
Redução líquida no Caixa e equivalentes de caixa		(6.628)	(158.497)

As notas explicativas são parte integrante destas informações financeiras trimestrais.

Notas Explicativas



Demonstrações dos valores adicionados para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	30/06/2026	30/06/2025
Receitas		131.261	117.564
Remuneração do ativo de contrato de concessão	13	88.845	88.624
Receita de operação e manutenção	13	13.890	13.334
Receita de construção	13	19.332	-
Outras receitas		9.194	15.606
		(13.624)	(8.627)
Insumos Adquiridos de Terceiros			
Serviços de terceiros		(6.493)	(5.209)
Materiais, energia e outros		(7.131)	(3.418)
Valor adicionado bruto		117.637	108.937
Depreciação e amortização		(22)	(26)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		117.615	108.911
Valor adicionado líquido recebido em transferência		6.162	16.467
Receitas financeiras	16	6.162	16.467
Valor adicionado total a distribuir		123.777	125.378
Pessoal		7.957	6.615
Remuneração Direta		5.802	5.147
Benefícios		1.824	1.229
FGTS		331	239
Impostos, taxas e contribuições		28.210	27.570
Federais (Incluem as taxas regulamentares da ANEEL)		27.928	27.424
Estaduais		80	19
Municipais		202	127
Remuneração de capital de terceiros		71.379	69.750
Encargos da dívida		70.715	68.440
Outros		664	1.310
Remuneração de capital próprio		16.231	21.443
Lucros acumulados		16.231	21.443
Valor adicionado total distribuído		123.777	125.378

As notas explicativas são parte integrante destas informações financeiras trimestrais.

Notas explicativas às informações financeiras trimestrais

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Manaus Transmissora de Energia S.A. (“Companhia” ou “Manaus”) é uma sociedade por ações, domiciliada no Brasil, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ. Seu único acionista é a Evoltz Participações S.A. (“Evoltz”).

A Companhia foi constituída em 22 de abril de 2008 com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a implantação, operação, manutenção e construção de instalações de transmissão da rede básica do sistema elétrico brasileiro interligado, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos em vigor. A Manaus encontra-se em operação comercial desde 14 de março de 2013, conforme oficializado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS.

1.1. Concessão

A Companhia detém a concessão do serviço público de energia elétrica, nos termos do contrato de concessão nº 010/2008 – ANEEL de 16 de outubro de 2008, pelo prazo de 30 anos, para construção, operação e manutenção da Linha de Transmissão 500 KV Oriximiná/Silves CD, SE Silves 500/138 KV e SE Lechuga 500/230 KV, no Anexo 6C do Edital do Leilão 004/08-ANEEL. As instalações de transmissão da Companhia foram disponibilizadas para operação em 14 de março de 2013.

Em 15 de julho de 2025, a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 3.481, homologou a Receita Anual Permitida – RAP do ciclo 2025/26 de R\$ 238.346 (R\$ 226.307 para o ciclo 2024/25), com período de vigência de julho de 2025 a junho de 2026. Adicionalmente, em 09 de julho de 2026 através do Despacho nº 2.268/2026, foi aprovado a nova Receita Anual Permitida – RAP para o ciclo 2026/2027 no montante de R\$ 249.608.

2. Apresentação das informações financeiras trimestrais e políticas contábeis materiais

As políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações financeiras estão definidas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente no período apresentado, salvo quando indicado de outra forma.

2.1. Base de preparação e apresentaçãoDeclaração de conformidade

As informações financeiras trimestrais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das informações financeiras trimestrais e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. As informações financeiras trimestrais foram apresentadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos por meio de resultado, quando aplicável, conforme descrito nas políticas contábeis.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras trimestrais e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 2 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (doravante denominadas de “demonstrações financeiras”).

As informações financeiras para o período findo em 30 de junho de 2026 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva em 12 de agosto de 2026.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações financeiras trimestrais

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações financeiras trimestrais requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as informações financeiras trimestrais, estão divulgadas na Nota 3 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas informações financeiras trimestrais são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As informações financeiras trimestrais estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e a de apresentação da Companhia.

2.3. Políticas contábeis materiais

Na elaboração das informações trimestrais, as principais práticas contábeis adotadas são uniformes com aquelas utilizadas quando da preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025, exceto pela adição das novas normas e interpretações efetivas a partir de 1 de janeiro de 2026. Desta forma, essas informações trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo de 31 de dezembro de 2025.

2.4. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

(a) Revisadas e vigentes:

- IFRS S1 – Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade
- IFRS S2 – Divulgação de Informações Climáticas

(b) Revisadas e ainda não vigentes:

- IFRS 18 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras
- IFRS 19 – Subsidiária sem Responsabilidade Pública: Divulgação

A administração está avaliando os possíveis impactos referentes a aplicação do IFRS 18 (CPC 51), principalmente em relação as Demonstrações do Resultado do Exercício. Para as demais normativas, a administração da Companhia avaliou os pronunciamentos e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras revisadas.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2026	31/12/2025
Recursos em conta corrente	6.601	122
Aplicações financeiras (i)	71.026	84.133
	77.627	84.255

- (i) Referem-se à certificados de depósitos bancários remuneradas por uma taxa média de 100,29% do CDI (100,29% em 31 de dezembro de 2025), de alta liquidez, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, com compromisso de recompra pelas instituições financeiras e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações financeiras trimestrais

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Contas a receber

	30/06/2026	31/12/2025
Concessionárias e permissionárias	40.259	35.345
Provisão de PVI (i)	(2.220)	(1.178)
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa (ii)	(13.715)	(9.505)
	24.324	24.662

(i) Refere-se à provisão da parcela variável e penalidades de redução de receita por indisponibilidade da linha de transmissão.

(ii) A Companhia na condição de agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária. Entretanto alguns agentes do sistema questionam judicialmente os saldos faturados e julgam os respectivos débitos como improcedentes. Em virtude do desfecho desfavorável de algumas destas discussões a Companhia constituiu perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa.

	30/06/2026	31/12/2025
A vencer	23.515	23.029
Vencidos até 360 dias	6.907	3.432
Vencidos mais de 360 dias	9.837	8.884
	40.259	35.345

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações financeiras trimestrais

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Partes relacionadas

a) Transações e saldos

	Passivo		Resultado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	30/06/2025
Evoltz Participações S.A (i)	2.210	3.970	(10.885)	(9.496)
Norte Brasil (ii)	26	-	(140)	(169)
Evoltz VI	-	-	-	8
	2.236	3.970	(11.025)	(9.657)

(i) O Grupo Evoltz mantém contrato de Compartilhamento de Infraestrutura e Recursos Humanos com partes relacionadas, aprovado pela ANEEL por meio do Despacho nº 3.644/2025 homologado em 09 de dezembro de 2025, com vigência de cinco anos.

(ii) Refere-se aos gastos de projeto de P&D cooperativos, no qual, a Norte Brasil é proponente, e as demais companhias são cooperadas.

As transações com partes relacionadas são decorrentes de operações normais da Companhia, não se constituindo como empréstimos ou transações não usuais. Sobre os saldos em aberto não há incidência de juros e atualização monetária.

b) Remuneração dos membros-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os diretores e conselheiros. A remuneração paga ou a pagar aos membros-chave da Administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	30/06/2026	30/06/2025
Salários e honorários	1.645	1.461
Encargos Sociais	329	292
	1.974	1.753

6. Tributos

a) A recuperar

<u>Circulante</u>	30/06/2026	31/12/2025
Imposto de renda e contribuição social (i)	1.269	5.979
Outros tributos a recuperar	23	91
	1.292	6.070

<u>Não circulante</u>	30/06/2026	31/12/2025
Imposto de renda e contribuição social (ii)	10.225	9.879
	10.225	9.879

(i) Referem-se aos créditos tributários decorrentes das retenções na fonte praticadas por clientes e instituições financeiras, que serão convertidas em saldos negativos de imposto de renda e contribuição social, os quais são atualizados monetariamente e podem ser compensados com qualquer imposto ou contribuição administrada pela Receita Federal.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações financeiras trimestrais

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (ii) A Administração apresentou à Receita Federal do Brasil (RFB) pedidos de restituição dos créditos tributários decorrentes dos saldos negativos de imposto de renda e contribuição social do ano calendário 2015, atualizados monetariamente e que estão pendentes de deferimento.

b) A recolher

	30/06/2026	31/12/2025
ICMS	157	-
PIS e COFINS	2.143	2.229
Outros Impostos a recolher	307	298
	2.607	2.527

7. Ativo de contrato de concessão

Saldos apresentados no balanço patrimonial:

	30/06/2026	31/12/2025
Circulante	209.640	202.910
Não circulante	1.979.910	1.981.724
	2.189.550	2.184.634

Abaixo a movimentação do ativo de contrato:

	30/06/2026	30/06/2025
Saldo Inicial	2.184.634	2.191.847
Remuneração do ativo de contrato de concessão	88.845	88.624
Receita de construção	19.332	-
Amortização do ativo de contrato de concessão	(103.261)	(99.126)
Saldo Final	2.189.550	2.181.345

Contrato de concessão de serviços

A seguir estão descritas as principais características do Contrato de Concessão do serviço público de transmissão para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão:

- **Receita Anual Permitida - RAP** - A prestação do serviço público de transmissão dar-se-á mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA.
- **Faturamento da receita de operação, manutenção e construção** - Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito, ao faturamento anual de operação, manutenção e construção, reajustado e revisado anualmente.
- **Parcela variável** - A receita de operação, manutenção e construção estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da RAP de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao exercício contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive este mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318/98, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.

Notas explicativas às informações financeiras trimestrais

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Ativo de contrato de concessão indenizável** - Extinção da concessão e Reversão de Bens Vinculados ao Serviço Público de Energia Elétrica - o advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, na forma do artigo 33 do Decreto nº 41.019/57, Regulamento dos Serviços de Energia Elétrica, e do artigo 4º da Lei nº 5.655/71, alterado pelo artigo 9º da Lei nº 8.631/93, depois de finalizado o processo administrativo e esgotados todos os prazos e instâncias de recursos, em uma parcela, corrigida monetariamente até a data de pagamento. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pela concessão da linha de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado regulatório.

- **Renovação ou rescisão** - A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por no máximo, igual exercício, de acordo com o que dispõe o parágrafo 3º do artigo 4º da Lei nº 9.074/95, mediante requerimento da transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.
- **Aspectos ambientais** - A transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção de licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências. Independentemente de outras exigências do órgão licenciador ambiental, a transmissora deverá implementar medidas compensatórias, na forma prescrita no artigo 36 da Lei nº 9.985/00, que trata de "reparação de danos ambientais causados pela destruição de florestas e outros ecossistemas", a serem detalhadas na apresentação do Projeto Básico Ambiental, de sua responsabilidade, junto ao órgão competente, submetendo-se, ainda, às exigências dos órgãos ambientais dos Estados onde serão implantadas as linhas de transmissão.
- **Descumprimento de penalidades** - Nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração, ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL e os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, poderá a ANEEL propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido do montante apurado, o valor equivalente às suas respectivas participações.



Notas explicativas às informações financeiras trimestrais

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Debêntures

8.1. Composição

Agente financeiro	Modalidade	Taxa anual de juros a.a	Vencimento	Moeda	Montante liberado	30/06/2026			31/12/2025		
						Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Oliveira Trust	3ª emissão - série 1	CDI+0,55%	21/10/2029	R\$	315.000	57.332	230.108	287.440	64.155	230.108	294.263
Oliveira Trust	3ª emissão - série 2	CDI+0,95%	21/10/2034	R\$	685.000	18.632	685.000	703.632	13.792	685.000	698.792
Subtotal debêntures						75.964	915.108	991.072	77.947	915.108	993.055
Custo de transação						(811)	(5.947)	(6.758)	(811)	(6.352)	(7.163)
Total de debêntures						75.153	909.161	984.314	77.136	908.756	985.892

Em 21 de Outubro de 2024 a Companhia realizou a 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada na espécie com garantia real, em duas séries, no valor total de R\$ 1 bilhão, com remuneração de CDI + 0,55% a.a. e vencimento em 21 de outubro de 2029 para a 1ª série e remuneração de CDI + 0,95% a.a. para a 2ª série com vencimento em 21 de outubro de 2034. Os recursos obtidos foram destinados à liquidação antecipada da 2º emissão de debêntures em 8 de novembro de 2024.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações financeiras trimestrais

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Abaixo segue movimentação das debêntures:

	30/06/2026	30/06/2025
Saldo inicial	985.892	638.936
Juros provisionados	70.310	68.034
Amortização de juros	(72.293)	(60.697)
Amortização do custo de transação	405	406
Saldo final	984.314	646.679

As parcelas de longo prazo das debêntures têm vencimento nos seguintes anos:

	2027	2028	2029	2030	após 2030	Total
Debêntures	65.048	74.970	90.089	102.408	582.593	915.108

8.2. Garantias concedidas

- Penhor de 100% das ações ordinárias nominativas da Companhia.
- Cessão fiduciária de Direitos Creditórios emergentes da Concessão.

8.3. Cláusulas restritivas (“covenants”)

Os principais covenants da Companhia referentes as debêntures estão descritas abaixo:

- Declaração de vencimento antecipado de quaisquer dívidas contraídas pela Emissora por meio de operações no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional, com valor individual ou agregado, igual ou superior a R\$ 25.000;
- Inadimplemento de quaisquer obrigações pecuniárias de natureza financeira a que a Emissora esteja sujeita, assim entendidas as dívidas contraídas pela Emissora por meio de operações no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional, com valor individual ou agregado, igual ou superior a R\$ 25.000 para a Emissora, não sanado no prazo de cura específico previsto no respectivo instrumento ou, em caso de não haver prazo de cura específico, em até 5 (cinco) dias corridos contados do inadimplemento;
- Protestos de títulos contra a Companhia cujo valor unitário ou agregado ultrapasse R\$ 30.000, ou seu equivalente em outras moedas, salvo se, no prazo legal (1) for validamente comprovado pela Companhia que o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; ou (2) o protesto for cancelado; ou (3) se tiver sido apresentada garantia em juízo, aceita pelo poder judiciário; ou (4) a Companhia tiver apresentado comprovante de pagamento dos respectivos títulos protestados;
- Redução de capital da Emissora, exceto se aprovado pela ANEEL e (i) o capital social integralizado representar, no mínimo, 20% (vinte por cento) do ativo total da Emissora após a redução de capital, a ser apurado com base nas demonstrações financeiras auditadas imediatamente subsequentes e tenha cumprido o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”) conforme Cláusula 6.2 da escritura ; ou (ii) se previamente aprovado pelos Debenturistas, nos termos do artigo 174, §3º, da Lei das Sociedades por Ações;
- Cisão, fusão ou incorporação, inclusive incorporação de ações da Emissora, ou, ainda, qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, sem a prévia autorização dos Debenturistas;

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações financeiras trimestrais

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio e/ou qualquer outra forma de remuneração aos acionistas, inclusive mediante resgate ou amortização de ações de emissão da Emissora, em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Emissora caso (i) a partir do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Emissora não esteja adimplente com o ICSD mínimo de 1,20 (um inteiro e vinte centésimos); e/ou (ii) a Emissora esteja inadimplente com qualquer das obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia;
- Alienação de ativos pela Companhia e/ou constituição e/ou prestação pela Companhia, de quaisquer ônus, gravames, garantias, inclusive garantias fidejussórias, e/ou qualquer outra modalidade de obrigação que limite, sob qualquer forma, a propriedade, titularidade, posse e/ou controle sobre os ativos, bens e direitos de qualquer natureza, de propriedade ou titularidade, conforme aplicável, da Companhia, em benefício de qualquer terceiro, excetuando-se (i) alienações ou onerações no curso ordinário dos negócios (incluindo, mas não se limitando a operações na modalidade “leasing operacional”, em valor individual ou agregado em cada exercício social da Companhia, não superior a R\$ 20.000; (ii) alienações ou onerações decorrentes de leis; (iii) alienações ou onerações com a finalidade de atender exigências previstas no Contrato de Concessão; ou (iv) garantias prestadas no âmbito da Emissão, nos termos dos Contratos de Garantia;
- Não observância pela Companhia, em cada data de apuração a partir do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025, do ICSD mínimo de 1,20 (um inteiro e vinte centésimos); Caso o ICSD mínimo fique no intervalo entre 1,00 (um inteiro), inclusive, e 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), exclusive, a Companhia poderá curar o inadimplemento ocorrido nos termos desta Cláusula mediante depósito em conta vinculada (“Conta de Complementação do ICSD”), o qual deverá ser efetuado anteriormente à apresentação do cálculo anual do ICSD ao Agente Fiduciário, do valor necessário para que o ICSD Modificado, ou seja, considerando em seu cálculo os valores depositados na Conta de Complementação do ICSD, calculado de acordo com a fórmula inserida no Anexo IV da escritura, atinja os resultados mínimos exigidos acima, conforme o caso, sendo certo que este mecanismo não poderá ser utilizado pela Companhia em mais do que: (x) 2 (duas) vezes consecutivas; ou (y) 3 (três) vezes de forma alternada até a Data de Vencimento. A Conta de Complementação do ICSD será a conta corrente vinculada a ser aberta nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária e cedida fiduciariamente aos Debenturistas nos termos do referido instrumento, observado que os recursos retidos na Conta de Complementação do ICSD somente poderão ser liberados caso haja o cumprimento do ICSD mínimo aplicável no período seguinte de apuração, a ser confirmado pelo Agente Fiduciário;

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, todas as cláusulas restritivas estabelecidas nos contratos de debêntures vigentes estão devidamente observadas e cumpridas pela Companhia até a presente data.

9. Provisões

	30/06/2026	31/12/2025
Ambientais	140	140
Sobressalentes	10.563	10.563
Contingências	1.878	3.713
	12.581	14.416
Circulante	3.285	3.285
Não circulante	9.296	11.131

Provisões ambientais

Referem-se à provisão de contratação de serviços para atendimento às condicionantes do licenciamento ambiental. Entre os principais projetos destacam-se programas de fauna, educação ambiental, comunicação social, diagnóstico socioambiental, gestão ambiental, reposição florestal, compensação ambiental, dentre outros.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações financeiras trimestrais

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Sobressalentes

Referem-se à aquisição de materiais e peças sobressalentes para formação de reserva técnica para possíveis reposições.

Provisão para contingências

A Companhia é parte em processos judiciais de naturezas regulatória, fundiário, trabalhista e tributária, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração da Companhia consubstanciada na avaliação do departamento jurídico interno e na opinião de seus assessores jurídicos externos quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas. O passivo em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

a) Movimentação das provisões

	Ambientais	Sobressalentes	Contingências	Total
Em 31 de dezembro de 2024	173	11.307	4.933	16.413
Atualização	-	-	210	210
Reversões	-	-	(257)	(257)
Pagamentos	-	-	(64)	(64)
Em 30 de junho de 2025	173	11.307	4.822	16.302
 Em 31 de dezembro de 2025	 140	 10.563	 3.713	 14.416
Atualizações	-	-	1.369	1.369
Reversões	-	-	(250)	(250)
Pagamentos (i)	-	-	(2.954)	(2.954)
Em 30 de junho de 2026	140	10.563	1.878	12.581

- (i) Refere-se ao processo administrativo regulatório oriundo da fiscalização ocorrida no período de 9 a 13 de junho de 2025, cujo desfecho foi desfavorável para a Companhia gerando o Auto de Infração recebido em 13 de março no montante de R\$2,9 milhões, pago em 26 de março de 2026.

b) Passivos contingentes

A Companhia é parte integrante em processos judiciais com riscos de perda classificados como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos externos, conforme CPC 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

	30/06/2026	31/12/2025
Fundiários (i)	33.112	31.071
Regulatórios (ii)	28.985	28.357
Tributários (iii)	43.334	41.855
Outras contingências	1	327
	105.432	101.610

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações financeiras trimestrais

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Ações de indenização fundiária relacionadas à liberação de faixa de servidão da linha de transmissão.
- (ii) Ações em face da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica para suspensão ou cancelamento de aplicação de penalidades por indisponibilidade na linha de transmissão.
- (iii) Refere-se basicamente aos autos de infração impetrados pela SRF de cobrança de PIS/COFINS apurados ao longo do ano 2010 e de manifestação de inconformidade contra despacho decisório que deixou de reconhecer o direito creditório relativo ao saldo negativo de IRPJ apurado no ano calendário 2010 e ao processo referente a retificação da DCTF do ano calendário 2015. Adicionalmente, ações de execução fiscal para discussão de valores devidos pelo não recolhimento do ICMS nos estados do MT, PA e AM.

a) Garantias judiciais e fianças

A Companhia oferece garantias como ferramenta de condição legal para circunstâncias específicas. Isso não implica pagamento antecipado, nem reconhecimento da condenação. Em 30 de junho de 2026, a Companhia possui garantias legais para contingências de direito tributário e regulatório.

10. PIS e COFINS diferidos

	30/06/2026	31/12/2025
PIS Diferido	33.647	34.007
COFINS Diferido	154.956	156.615
	188.603	190.622
Circulante	8.729	8.643
Não circulante	179.874	181.979

Os montantes refletem os efeitos fiscais diferidos do PIS e da COFINS na aplicação dos procedimentos contábeis relacionados ao CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

11. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos apresentados no balanço patrimonial

	30/06/2026	31/12/2025
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias, líquidas	(299.767)	(288.311)
IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal e base negativa	126.822	126.822
	(172.945)	(161.489)

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações financeiras trimestrais

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Reconciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social

	Trimestre findo em		Semestre findo em	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	14.156	10.083	27.687	33.138
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(4.813)	(3.428)	(9.414)	(11.267)
Incentivos fiscais	-	(1.131)	-	-
Outras adições/(exclusões)	(680)	(1.089)	(2.042)	(428)
Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no exercício	(5.493)	(5.648)	(11.456)	(11.695)
Correntes	-	409	-	-
Diferidos	(5.493)	(6.057)	(11.456)	(11.695)
	(5.493)	(5.648)	(11.456)	(11.695)
Alíquota Efetiva	39%	56%	41%	35%

c) Expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

O ativo diferido de imposto de renda e contribuição social foram reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a realização provável desses saldos a partir de projeções de resultados tributários futuros preparados pela Administração. Tais projeções foram elaboradas com base em premissas e julgamentos internos, bem como projeções de cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A Companhia espera realizar integralmente os IRPJ e CSLL diferidos ativos registrados em 30 de junho de 2026 de acordo com o seguinte cronograma futuro:

	2027	2028	2029	2030	Após 2030	Total
IRPJ e CSLL diferidos	1.856	4.582	6.676	8.241	105.467	126.822

12. Patrimônio líquido

12.1. Capital social

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 o capital social é de R\$ 915.333.123, representado por 1.255.333.123 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, assim distribuídas, de propriedade integral da Evoltz Participações S.A.

12.2. Reservas de lucros

a) Reserva legal

Constituída pela destinação de 5% do lucro líquido do exercício social, limitada a 20% do capital social, em atendimento à legislação societária brasileira em vigor.

b) Reserva de retenção de lucros

Constituída com base no lucro líquido remanescente após as destinações do resultado do exercício aprovado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral.

c) Reserva de incentivo fiscal

Incentivo fiscal do imposto de renda sobre o resultado auferido na exploração da concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica nos Estados de Rondônia, Mato Grosso e Goiás, concedidos pela SUDAM. As subvenções são registradas contabilmente em conta destacada na demonstração do resultado e submetidas à Assembleia dos Acionistas para aprovação de sua destinação, considerando as restrições previstas nos respectivos laudos constitutivos e a legislação fiscal vigente.

Notas explicativas às informações financeiras trimestrais

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12.3. Dividendos

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, é garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, apurado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 06 de abril de 2026, foi aprovado a distribuição dividendos adicionais propostos em 31 de dezembro de 2025, no montante de R\$ 27.080. Em 28 de abril de 2026 a Companhia realizou o pagamento de dividendos no montante de R\$ 31.000 referentes ao resultado do exercício de 2025.

12.4. Lucro por ação

O cálculo do lucro básico por ação para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025 foi realizado utilizando como base a média ponderada das ações ordinárias em circulação, conforme apresentado a seguir:

	Trimestre findo em		Semestre findo em	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Número de ações ordinárias em circulação no início do período (milhares)	1.255.333	1.255.333	1.255.333	1.255.333
Número de ações ordinárias em circulação ao término do período (milhares)	1.255.333	1.255.333	1.255.333	1.255.333
Lucro líquido do período	8.663	4.435	16.231	21.443
Número médio ponderado das ações ordinárias do período (milhares)	1.255.333	1.255.333	1.255.333	1.255.333
Lucro básico e diluído por ação	0,007	0,004	0,013	0,017

A Companhia não possui instrumentos conversíveis em ação que devam ser considerados para o cálculo do resultado por ação diluído referente aos períodos findos em 30 de junho de 2026 e de 2025. Consequentemente, o resultado por ação básico e diluído são iguais.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações financeiras trimestrais

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Receita líquida

	Trimestre findo em		Semestre findo em	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Receita bruta				
Remuneração do ativo de contrato	44.501	44.261	88.845	88.624
Receita de operação e manutenção	6.945	6.667	13.890	13.334
Receita de Construção (i)	7.173	-	19.332	-
Outras receitas IFRS (ii)	7.593	671	18.309	7.810
	66.212	51.599	140.376	109.768
Deduções da receita				
Impostos sobre serviços (PIS e COFINS)	(5.142)	(5.034)	(10.563)	(10.041)
Encargos do setor	(2.436)	(2.507)	(4.896)	(5.010)
Provisão de parcela variável de indisponibilidade (PVI)	(1.433)	(269)	(1.439)	(909)
	(9.011)	(7.810)	(16.898)	(15.960)
Receita líquida	57.201	43.789	123.478	93.808

- (i) Refere-se ao reforço aprovado através da Resolução Autorizativa n° 15.366 de 28 de maio de 2024 de ampliação da subestação de Silves – AM, com RAP de novas instalações definida de R\$ 5.821 e prazo de construção de 30 meses a findar-se em dezembro de 2026. Para o referido reforço a Companhia teve o total de custo de construção de R\$ 17.002 em 2026.
- (ii) A rubrica refere-se basicamente a diferença entre a remuneração do ativo de contrato de concessão projetada e os valores efetivamente recebidos (AVC).

	Trimestre findo em		Semestre findo em	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Operação e Manutenção - O&M				
- Receita	6.945	6.667	13.890	13.334
- Custos (a)	(4.860)	(4.395)	(10.137)	(8.522)
Margem (R\$)	2.085	2.272	3.753	4.812
Margem percebida (%)	30,0%	34,1%	27,0%	36,1%

(a) Para avaliação das margens de Operação e Manutenção percebidas, estão sendo considerados os custos recorrentes da operação da Companhia. Foram desconsiderados para a base do cálculo, os custos não recorrentes de contingências, uma vez que não estão diretamente ligados a operação e manutenção dos ativos de contrato da Companhia.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações financeiras trimestrais

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Custos e despesas

	Custos			
	Trimestre findo em		Semestre findo em	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Pessoal	(2.008)	(1.709)	(4.016)	(2.925)
Serviços de terceiros	(2.151)	(1.919)	(4.572)	(3.773)
Contingências (i)	(3)	(31)	(1.299)	145
Seguros	(317)	(463)	(630)	(927)
Outros custos	(384)	(304)	(919)	(897)
	(4.863)	(4.426)	(11.436)	(8.377)

	Despesas			
	Trimestre findo em		Semestre findo em	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Pessoal	(2.684)	(2.024)	(4.979)	(4.368)
Serviços de terceiros	(951)	(794)	(1.921)	(1.436)
Contingências	217	(86)	181	(99)
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa (ii)	(513)	(1.344)	(4.210)	(1.344)
Seguros	(21)	(25)	(43)	(50)
Outras despesas	(235)	(171)	(491)	(418)
	(4.187)	(4.444)	(11.463)	(7.715)

(i) Conforme nota 9, refere-se basicamente ao Auto de Infração recebido após processo regulatório.

(ii) Provisão para inadimplência, conforme nota 4.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações financeiras trimestrais

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Outras receitas operacionais

Em 30 de junho de 2026 o montante de R\$ 9.326 (R\$ 8.705 em 30 de junho de 2025) refere-se, majoritariamente, ao contrato de arrendamento operacional de fibra ótica, firmado em 12 de janeiro de 2012, com vigência total de 20 anos atualizado anualmente, que em 30 de junho de 2026 totaliza R\$ 8.875 (R\$ 8.446 em 30 junho de 2025).

16. Resultado financeiro

	Trimestre findo em		Semestre findo em	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Receitas Financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	2.144	6.593	5.472	15.380
Atualizações monetárias	303	261	685	623
Outras receitas financeiras	4	161	5	464
	2.451	7.015	6.162	16.467
Despesas Financeiras:				
Juros sobre debêntures	(34.360)	(35.504)	(70.310)	(68.034)
Amortização do custo de transação	(203)	(203)	(405)	(406)
Outras despesas financeiras	(314)	(576)	(663)	(1.310)
	(34.877)	(36.283)	(71.378)	(69.750)
Resultado Financeiro	(32.426)	(29.268)	(65.216)	(53.283)

17. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

17.1. Gestão de riscos

As atividades exercidas pela Companhia estão expostas a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco de taxa de juros e risco de inflação), risco de crédito e risco de liquidez. O Modelo de Gestão de Risco da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. A gestão de risco é controlada pelo Departamento Financeiro Corporativo que identifica e avalia os riscos financeiros com a colaboração direta dos segmentos corporativos da Companhia, quantificando os mesmos por projeto, área e sociedade.

As normas internas de gestão proporcionam políticas escritas para a gestão de risco global, assim como para as áreas concretas como risco cambial, risco de crédito, risco de taxa de juros, risco de liquidez, emprego de instrumentos de cobertura e derivativos.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

a) Riscos de mercado

É o risco de alterações em variáveis de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

- **Risco de taxa de juros** – Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros sobre a despesa financeira associada as debêntures da Companhia, como também sobre as receitas financeiras. Em 30 de junho de 2026, o perfil dos passivos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

Notas explicativas às informações financeiras trimestrais

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30/06/2026
Debêntures - CDI	991.072

- **Risco de inflação** - A receita da Companhia atuando no segmento de transmissão é atualizada anualmente por índices de inflação- IPCA. Em caso de deflação, a concessionária terá suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação a concessionária poderia não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e com isso incorrer em impactos nos resultados.

b) Riscos de crédito

É o risco de incorrer em perdas decorrentes do não cumprimento de obrigações contratuais por parte de terceiros. Neste sentido, as principais exposições ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras estão relacionadas a seguir:

- **Caixa e equivalentes de caixa** – Nota 3

Para controlar o risco de crédito do caixa e equivalentes de caixa, a Companhia possui critérios que estabelecem que as contrapartes devam ser sempre instituições financeiras de 1ª linha e dívida pública de alto nível de qualificação de crédito assim como política estabelecida de limites máximos a investir ou contratar com revisão periódica deles.

- **Contas a receber (concessão do serviço público)** – Nota 4

A Administração entende que há riscos mínimos de crédito em relação aos seus clientes, pois o Contrato de Uso Sistema de Transmissão – CUST, celebrado entre a Companhia e o ONS, garante o recebimento dos valores devidos pelos usuários pelos serviços prestados por meio do Contrato de Constituição de Garantia – CCG e da Carta de Fiança Bancária - CFB.

A RAP de uma Companhia de transmissão é recebida das Companhias que utilizam sua infraestrutura por meio de tarifa de uso do sistema de transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários de transmissão de alguns valores específicos; (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo ONS; e (iii) os encargos regulatórios.

O poder concedente delegou às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro e deste modo o risco de crédito é baixo.

c) Risco de liquidez

É o risco da Companhia de encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A política de liquidez e de financiamento da Companhia tem como objetivo assegurar a disponibilidade de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros.

Os prazos de liquidação dos passivos financeiros não derivativos, como debêntures, estão divulgados na nota 8. Os saldos relacionados a fornecedores, reconhecidos pela Companhia como passivo financeiro não derivativo, possuem prazo de liquidação para os próximos 12 meses.

A Companhia tem debêntures que contêm cláusulas restritivas. O não cumprimento destas cláusulas restritivas pode exigir que a Companhia liquide tais compromissos antes da data indicada na tabela de fluxo de pagamentos. Em 30 de junho de 2026, todas as cláusulas restritivas estabelecidas nos contratos de debêntures vigentes foram cumpridas.

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento dos principais instrumentos financeiros não derivativos detidos pela Companhia:

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações financeiras trimestrais

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30/06/2026				
	Até 06 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Após 5 anos	Total
Partes relacionadas	2.236	-	-	-	2.236
Fornecedores	5.057	-	-	-	5.057
Debêntures	107.841	95.711	660.274	708.350	1.572.176
	115.134	95.711	660.274	708.350	1.579.469

17.2. Gerenciamento do capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal.

A Companhia monitora o capital com base no seu nível de endividamento, bem como nos compromissos previstos nos contratos de debêntures assinados. O nível de endividamento da Companhia é medido pelo montante total de dívida menos o caixa e equivalentes de caixa e dividido por seu patrimônio líquido. A Administração também monitora o nível de dividendos para os acionistas.

O índice de endividamento está apresentado a seguir:

	30/06/2026	31/12/2025
Dívida Bruta	991.072	993.055
Caixa e equivalentes de caixa	(77.627)	(84.255)
Dívida líquida	913.445	908.800
Patrimônio líquido	954.941	965.790
Índice de endividamento líquido (Dívida líquida/ PL)	0,96	0,94

17.3. Análise de sensibilidade dos principais instrumentos financeiros

A seguir a Companhia estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário provável – Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de juros vigentes ao final do exercício.

- Cenário I – Projeção deteriorada em 25% em relação ao cenário provável.

- Cenário II – Projeção deteriorada em 50% em relação ao cenário provável.

A Administração entende que o cenário provável em 31 de dezembro de 2026 para o CDI é de 14,00%, conforme expectativa de mercado.

	Valor exposto 30/06/2026	Cenário provável	Cenário I	Cenário II
Debêntures - CDI	991.072	138.750	173.438	208.125

Fonte: Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN (Relatório Focus, em 03 de julho de 2026).

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações financeiras trimestrais

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17.4. Instrumentos financeiros por categoria

Nota	30/06/2026		31/12/2025	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros:				
Caixa e equivalentes de caixa	3	77.627	-	84.255
Contas a receber	4	-	24.324	-
		77.627	24.324	84.255
Passivos financeiros:				
Fornecedores	-	5.057	-	1.976
Debêntures	8	-	991.072	-
Partes relacionadas	5	-	2.236	-
		998.365	999.001	

17.5. Estimativa do valor justo

A Companhia aplica CPC 46 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- **Nível 3** - Premissas para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados adotados no mercado, ou seja, inserções não observáveis).

A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo:

Ativos financeiros	Nível	30/06/2026	31/12/2025
Recursos em conta corrente	2	6.601	122
Aplicações Financeiras	2	71.026	84.133

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Não houve transferências de nível no exercício. A Administração da Companhia entende que os valores justos de seus ativos financeiros se aproximam dos seus valores contábeis.

18. Aspectos ambientais

A Companhia, em consonância com as determinações legais vigentes, busca o atendimento na íntegra, a todos os comandos necessários à perfeita execução do objeto de sua concessão, por meio da obtenção de todas as licenças ambientais necessárias para a condução das atividades de instalação, operação e manutenção da linha de transmissão.

A licença ambiental vigente expedida à Companhia até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras está demonstrada a seguir:

Empreendimento	Órgão ambiental	Tipo de licença	Data de emissão	Vencimento
LT Oriximiná-Silves-Lechuga	IBAMA	LO Nº 1135/13	19/03/2013	10/04/2028

Notas explicativas às informações financeiras trimestrais

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de revisão dos nossos auditores independentes.

Seguradora	Ramo	Apólice/Endosso nº	Vigência	Importância segurada
Tokio Marine	Risco operacional	96000004264	Jan/2026 a Jan/2028	200.000
Chubb	Responsabilidade civil	16.51.0045347.12	Dez/2025 a Dez/2026	15.000
Swiss RE	D&O (i)	51101001118	Jul/2026 a Jul/2027	100.000

(i) Seguro contratado pela holding Evoltz Participações S.A. e pago mensalmente pela Companhia através de notas de débito.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS

Aos Acionistas e Administradores da
Manaus Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações financeiras trimestrais da Manaus Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Diretoria da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras trimestrais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras trimestrais com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras trimestrais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras trimestrais incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações financeiras trimestrais anteriormente referidas incluem a demonstração do valor adicionado ("DVA") referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações financeiras trimestrais e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e de forma consistente em relação às informações financeiras trimestrais tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM NO 480**

Declaramos, na qualidade de Diretores da MANAUS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A., sociedade anônima com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Avenida Embaixador Abelardo Bueno, nº 199, Lote 1, PAL 46742, salas 203 e 204, Parte, Edifício Office Park Center, Jacarepaguá, Rio de Janeiro, RJ – Brasil, CEP: 22775-022, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº 09.584.854/0001-37 (“Companhia”), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários no 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que:

(i) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referentes às informações financeiras da Companhia relativas ao período encerrado em 30 de junho de 2026; e

(ii) revimos, discutimos e concordamos com as informações financeiras da Companhia relativas ao período encerrado em 30 de junho de 2026.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2026.

Ricardo de Abreu Sampaio Cyrino
Diretor Presidente

Claudine Furtado Anchite
Diretora Financeira e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM NO 480

Declaramos, na qualidade de Diretores da MANAUS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A., sociedade anônima com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Avenida Embaixador Abelardo Bueno, nº 199, Lote 1, PAL 46742, salas 203 e 204, Parte, Edifício Office Park Center, Jacarepaguá, Rio de Janeiro, RJ – Brasil, CEP: 22775-022, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº 09.584.854/0001-37 (“Companhia”), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários no 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que:

(i) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referentes às informações financeiras da Companhia relativas ao período encerrado em 30 de junho de 2026; e

(ii) revimos, discutimos e concordamos com as informações financeiras da Companhia relativas ao período encerrado em 30 de junho de 2026.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2026.

Ricardo de Abreu Sampaio Cyrino
Diretor Presidente

Claudine Furtado Anchite
Diretora Financeira e de Relações com Investidores